



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM

25 DE OUTUBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à excepção do Ministro sem Pasta Melo Antunes e Ministro dos Negócios Estrangeiros fazendo-se este representar pelo Secretário de Estado dos Negócios Es-
trangeiros. **Fundação Cuidar o Futuro**

Participaram dos trabalhos o Secretário de Estado da Comunica-
ção Social e, parcialmente, os Secretários de Estado das
Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e Transportes e Comuni-
cações.

O Ministro Magalhães Mota não participou da totalidade dos
trabalhos, ausentando-se a partir das 20 horas (fim do ponto
2. da ordem dos trabalhos).

ORDEM DO DIA

- 1.1. Foi aprovada a súpula da reunião de 22 de Outubro.
- 1.2. Em relação a esta súpula o Ministro Magalhães Mota esclareceu que não constava da súpula a deliberação tomada em relação ao pagamento por inteiro das ho-
ras extraordinárias prestadas por dactilógrafos, es



criturários, telefonistas, contínuos e motoristas por existir a dúvida, que será esclarecida pelo Ministério das Finanças, de a matéria poder ser objecto de simples despacho ou decreto-lei.

- 2.1. O Ministro do Equipamento Social expôs ao Conselho o plano de actuação do seu Ministério, iniciando a sua exposição pela apresentação do plano para a Secretaria de Estado das Obras Públicas.
- 2.2. Intervieram no debate os Ministros dos Assuntos Sociais, Educação e Cultura, Administração Interna, Justiça, Secretário de Estado da Habitação, Ministro da Economia, Ministro Magalhães Mota e Secretário de Estado das Obras Públicas.
- 2.3. Foi deliberado que seja revisto o programa de construções hospitalares de acordo com o Ministério dos Assuntos Sociais e o mesmo em relação ao Ministério da Educação e Cultura no que se refere às construções escolares.
- 2.4. Pelo Secretário de Estado das Obras Públicas foi proposto que se constituísse um grupo de trabalho do Plano de Rega do Alentejo para examinar o estado actual do Plano e para estudar a melhoria da rentabilidade do que está a ser executado.
- 2.5. Foi salientado que a situação herdada do regime de posto se caracterizou, por um lado, pelo facto de o



antigo Ministério das Obras Públicas ter ultrapassado a sua função de executor de obras públicas para impor aos outros Ministérios o seu planeamento e concepções; ao mesmo tempo, os Ministérios sentindo que o MCP não correspondia, em tempo oportuno e com eficácia, às suas solicitações criaram serviços próprios, paralelos; finalmente, ao nível local, uma excessiva atcmização correspondia à impossibilidade, por falta de recursos, de fazer qualquer coisa.

Importa, assim, corrigir aquela situação quer concentrando recursos ao nível local quer, ao nível central, evitando duplicações.

O planeamento deverá competir ao sector e a execução ao Ministério do Equipamento.

- 2.6. Foi aprovada a criação imediata do grupo de trabalho do Plano, nos termos propostos.
- 2.7. O Ministro do Equipamento Social e o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo apresentaram o programa de actuação no sector da habitação e urbanismo.
- 2.8. O Ministro do Equipamento Social deu conhecimento ao Conselho duma proposta do Conselho Económico-Social sobre o programa de actuação a curto prazo em matéria de habitação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

- 2.9. Intervieram na discussão o Ministro dos Assuntos Sociais, Ministro da Justiça, o Primeiro Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro da Coordenação Interterritorial, Ministro das Finanças e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.
- 2.10. Foram levantadas objecções à tributação fiscal a criar para a habitação e no problema do acesso das pequenas e médias empresas de construção civil aos concursos públicos.
- Quanto ao financiamento considerou-se meramente indicativo não constituindo matéria de deliberação.
- Foi chamada a atenção para o interesse de pela primeira vez se abordarem os problemas de habitação numa óptica de urbanismo.
- 2.11. O Ministro do Equipamento Social apresentou o programa de actuação relativo ao sector ambiente.
- 2.12. Interivieram na discussão os Ministros da Educação e Cultura, Justiça, Magalhães Mota e da Economia.
- 2.13. O Ministro do Equipamento Social e o Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações expuseram também o plano de actuação da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

5

- 2.14. Interveio na apreciação do programa o Ministro da Economia.
- 2.15. Não se verificaram intervenções relativamente ao programa da Secretaria de Estado da Marinha Mercante.
- 2.16. Foi aprovado, com louvor, nas suas linhas gerais, o programa apresentado.
- 2.17. Foi aprovado o projecto de comunicado apresentado pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo com eliminação do nº 6 e alteração do nº 5.
3. Sobre o processo das auto-estradas o CM decidiu:
- a) o Ministério das Finanças procederá ao estudo dos aspectos financeiros;
 - b) o Ministério do Equipamento Social e Ambiente alterará as prioridades das auto-estradas, colocando a do Estádio Nacional/Cascais em última prioridade, dando tempo a um estudo mais aprofundado da justificação político-económica da sua construção;
 - c) O Ministério do Equipamento Social e Ambiente contactará os empreiteiros por forma a com eles estabelecer plataformas de entendimento derivadas das alterações referidas em b).
4. A discussão do programa de acção do Ministério do Trabalho foi adiada para a próxima reunião de CM.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

6

5. Foram aprovadas as redacções dos diplomas referentes a associações e partidos, propostas pelo Conselho de Estado.
6. O Ministro da Coordenação Interterritorial expôs ao Conselho detalhes sobre a viagem ao Oriente.
7. O Ministro da Educação e Cultura expôs ao Conselho detalhes da sua missão na UNESCO.
8. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros expôs ao Conselho detalhes da sua viagem a Paris (OCDE).
9. O Ministro do Trabalho referiu algumas preocupações acerca do horário de trabalho sobretudo para o sector rural.